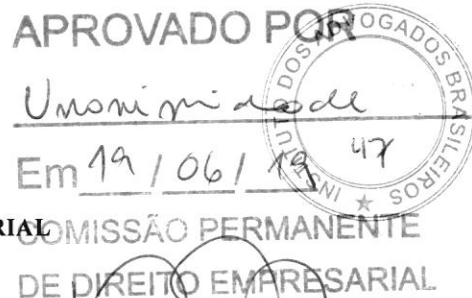


INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITO EMPRESARIAL



Relatores: Gustavo Flausino Coelho / Renato Ferreira dos Santos

*Parecer sobre Projeto de Lei do Novo
Código Comercial. Apreciação Parcial.
Livro I da Parte Especial – Das Sociedades.*

Palavras-chave: Novo Código Comercial; sociedades; direito comercial; direito societário.

1. Este parecer trata do livro das sociedades do projeto de novo Código Comercial - Livro I, da Parte Especial, proposto por meio do Projeto de Lei nº 487/2013, do Senado Federal (“Projeto CCom”). O parecer pretende sugerir alguns ajustes ao texto do Projeto de Lei, bem como apontar sua relevância para o ordenamento jurídico brasileiro.
2. Esta Comissão Permanente de Direito Empresarial do IAB (“Comissão”) assumiu a missão de revisar o Projeto CCom e apresentar pareceres endereçando parcelas da volumosa proposta legislativa.
3. Cumpre destacar que a proposta legislativa em destaque dispõe sobre algumas importantes mudanças no tocante às sociedades. Além disso, o Projeto CCom apresenta nova disposição topográfica de alguns temas e dispositivos, em comparação com a atual legislação vigente. Por exemplo, as informações comuns a todas as sociedades contratuais - por quotas - estão reunidas em capítulo anterior às normas específicas de cada um dos tipos societários referentes.
4. Para referência, destacamos algumas novidades positivas trazidas pelo Projeto CCom:



- Extinção das sociedades simples e em comandita;
- Criação da sociedade de profissão intelectual, sendo a única sociedade na qual caberá integralização com serviços – desde que o serviço seja relacionado ao objeto da sociedade;
- Tratamento mais apurado quanto às sociedades sem registro, em comparação com o atual Código Civil de 2002;
- Possibilidade de sociedade entre cônjuges, independentemente do regime de bens; e
- Em relação às sociedades limitadas, previsão de (i) possibilidade de sociedade unipessoal, em acordo com a atual Medida Provisória nº 881 (“MP 881”); (ii) regência supletiva pelas normas aplicáveis às sociedades anônimas fechadas, nos casos de omissão dos dispositivos específicos; (iii) possibilidade de criação de quotas preferenciais com limitação ou restrições ao voto; e (iv) possibilidade de emissão de debêntures.

5. Entretanto, o Projeto CCom traz elementos não tão pertinentes, como, por exemplo, a necessidade de ter lei específica para possibilitar sociedade unipessoal e a excessiva quantidade de regras.

6. Outro aspecto negativo, a nosso ver, é a manutenção da sociedade em nome coletivo. Por não resguardar os sócios com o instituto da responsabilidade limitada, esse tipo societário é pouco utilizado na prática de mercado, não havendo motivo plausível para sua manutenção no texto do projeto.

7. Desta forma, e tendo em vista o grande impacto das novas disposições no meio econômico e empresarial de nosso País, ressalta-se a importância do tema tratado e a razoabilidade de se realizar alterações no tocante às sociedades no eventual Código Comercial.

8. Cumpre registrar a falta de ousadia do Projeto CCom de propor mudanças legislativas mais acentuadas em comparação com o atual tratamento dado pelo Código Civil às sociedades. Seria salutar identificar no Projeto CCom a proposta de novas formas organizativas de sociedades, tais como as *B Corporations* e as sociedades para empreendimentos de impacto social, sociedades com regras mais flexíveis e arranjos



societários sensíveis às dinâmicas das *startups* com seus *vesting agreements* e pactos de natureza creditícia com possibilidade de conversão em participação societária.

9. O presente parecer não se propõe a tecer considerações ou realizar a revisão de todo o texto do capítulo ora em análise, mas tão somente a oferecer críticas e contribuições pontuais à proposta em debate. Para apresentar as nossas contribuições específicas ao Projeto CCom, seguem as considerações abaixo:

a) Artigo 155, § 1º

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
§ 1º. Salvo disposição legal diversa, a sociedade deve ser constituída por dois ou mais sócios.	§ 1º. Salvo disposição legal diversa, a sociedade poderá ser constituída por <u>um</u> ou mais sócios.
Revisão busca estimular a atividade econômica, possibilitando que em regra, uma sociedade possa ser unipessoal, salvo exceções previstas em lei.	

b) Artigo 157

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Art. 157. O sócio de responsabilidade limitada não responde pelas obrigações sociais, mas, exclusivamente, pelo aporte de recursos que lhe competir, no limite previsto pela norma legal aplicável ao tipo societário adotado.	Art. 157. O sócio de responsabilidade limitada não responde pelas obrigações sociais, mas, exclusivamente, pelo aporte de recursos que lhe competir <u>a</u> <u>título de integralização do capital social</u> , no limite previsto pela norma legal aplicável ao tipo societário adotado.
Maior clareza textual.	

c) Artigo 161

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Art. 161. Os tipos societários são os seguintes:	Art. 161. Os tipos societários são os seguintes:

I – sociedade limitada	I – sociedade limitada
II – sociedade anônima	II – sociedade anônima
III – sociedade em nome coletivo	III – sociedade em conta de participação
IV – sociedade em conta de participação	IV – sociedade de profissão intelectual
Revisão busca retirar tipo societário pouco usual por não oferecer aos sócios responsabilidade ilimitada, bem como acrescentar nesse rol sociedade criada pelo Projeto CCom. Adicionalmente – e como consequência lógica da eliminação do tipo societário, propõe-se a exclusão da Seção II do Capítulo IX deste Livro, dispõe especificamente sobre as sociedades em nome coletivo.	

d) Artigo 166

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Art. 166. A pessoa, natural ou jurídica, residente ou sediada no exterior, não pode ser sócia de sociedade brasileira se não mantiver, de modo permanente, procurador no Brasil, com poderes para receber citação.	Art. 166. A pessoa, natural ou jurídica, residente ou sediada no exterior, <u>poderá</u> ser sócia de sociedade brasileira, <u>desde que mantenha</u> , de modo permanente, procurador no Brasil, com poderes para receber citação.
Revisão textual para explicitar a possibilidade em vez de redigir texto de modo negativo ao sócio estrangeiro.	

e) Artigo 171

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Art. 171. A sociedade adquire personalidade jurídica com o arquivamento do ato constitutivo no Registro Público de Empresas ou, a critério do interessado, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ao qual se aplicarão todas as regras de registro de sociedades empresárias deste Código	Art. 171. A sociedade adquire personalidade jurídica com o arquivamento do ato constitutivo no Registro Público de Empresas, ao qual se aplicarão todas as regras de registro de sociedades empresárias deste Código e que terão deverão disponibilizar todos os dados exigidos pelo Poder Público na forma de regulamento.

e que terão deverão disponibilizar todos os dados exigidos pelo Poder Público na forma de regulamento.	
Revisão para estabelecer a unificação dos registros de sociedades nas Juntas Comerciais (Registro Público de Empresas), com a consequente exclusão da referência ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas.	

f) Artigo 183

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Art. 183. Não haverá mudança de nacionalidade de sociedade brasileira sem o consentimento unânime dos sócios ou acionistas.	Art. 183. Não haverá mudança de nacionalidade de sociedade brasileira sem o consentimento unânime dos sócios ou acionistas com direito a voto.
Essa sugestão tem por objetivo evitar qualquer possibilidade de dúvida e questionamento sobre quem poderá participar desta deliberação, conferindo assim maior segurança jurídica.	

g) Artigo 205

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Art. 205 . A sociedade pode, até o montante do saldo de lucros e reservas, mediante alteração do contrato social, adquirir quotas de sócio para mantê-las em tesouraria. § 1º. As quotas em tesouraria não conferem direito a voto nem a participação nos lucros. § 2º. As quotas em tesouraria podem ser, mediante alteração do contrato social, alienadas pela sociedade ou canceladas, neste último caso,	N/A.

com redução do capital social. § 3º. No caso de alienação de quotas em tesouraria, cada sócio tem direito de preferência em igualdade de condições, proporcionalmente à sua participação no capital social, nas quotas da mesma classe, bem como o de acrescer, na hipótese de outro sócio não exercer este direito.	
Sugerimos a exclusão da cláusula, pois criar quotas em tesouraria não é condizente com a dinâmica de uma sociedade contratual. O regime de aumento de capital e emissão de quotas parece adequado.	

h) Artigo 212, §3º

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
§ 3º. O contrato social ou acordo de quotistas pode condicionar a deliberação à vontade unânime dos sócios, bem como estabelecer maiorias qualificadas para as deliberações que especificar, superiores à prescrita neste artigo.	§ 3º. O contrato social pode condicionar a deliberação à vontade unânime dos sócios, bem como estabelecer maiorias qualificadas para as deliberações que especificar, superiores à prescrita neste artigo.
Excluir a referência ao acordo de quotistas, pois o acordo não alterará o quórum, mas refletirá acordo particular entre sócios.	

i) Artigo 225, *caput*

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
Art. 225 . São deveres e obrigações dos sócios, além dos estabelecidos em normas relativas ao tipo societário adotado: I – integralizar a quota subscrita do capital social;	Art. 225 . São deveres e obrigações dos sócios, além dos estabelecidos em normas relativas ao tipo societário adotado: I – integralizar a quota subscrita do capital social;

<p>II – abster-se de participar de deliberações em que tenha interesse conflitante ou divergente com o da sociedade;</p> <p>III – votar no interesse da sociedade;</p> <p>IV – exercer seus direitos essenciais com diligência e probidade;</p> <p>V – abster-se de divulgar matérias que devam ser mantidas em sigilo;</p> <p>VI – não participar, como sócio ou administrador, de sociedade concorrente, salvo se autorizado pelo contrato social ou pela totalidade dos demais sócios; e</p> <p>VII – abster-se de contratar com a sociedade, diretamente ou por interposta pessoa, ou de sociedade na qual tenha participação, em condições de favorecimento ou não equitativas.</p>	<p>II – abster-se de participar de deliberações em que tenha interesse conflitante ou divergente com o da sociedade;</p> <p>III – exercer seus direitos essenciais com diligência e probidade; e</p> <p>IV – abster-se de divulgar matérias que devam ser mantidas em sigilo.</p>
<p>Suprimir os antigos incisos III, VI e VII, pois os deveres dos sócios devem ser mais claros e restritos. Note que votar é um direito e não um dever do sócio. A regra de conflito já está refletida no inciso II (preservado).</p>	

j) Artigo 225, §§ 9º, 10 e 11

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
<p>§ 9º. O descumprimento dos deveres mencionados nos incisos II e III importa a anulabilidade do voto proferido pelo sócio, sem prejuízo da indenização por perdas e danos.</p> <p>§ 10. O descumprimento dos deveres ou obrigações previstos nos</p>	<p>§ 9º. O descumprimento dos deveres mencionados no inciso II importa a anulabilidade do voto proferido pelo sócio, sem prejuízo da indenização por perdas e danos.</p> <p>§ 10. O descumprimento dos deveres ou obrigações previstos nos</p>

incisos IV a VII sujeita o sócio a indenizar a sociedade pelos prejuízos acarretados. § 11. No caso de descumprimento de dever ou obrigação previsto nos incisos II a VII, o sócio inadimplente pode ser excluído, se caracterizada falta grave apta para exclusão na forma deste Código.	incisos III e IV sujeita o sócio a indenizar a sociedade pelos prejuízos acarretados. § 11. No caso de descumprimento de dever ou obrigação previsto nos incisos II a IV, o sócio inadimplente pode ser excluído, se caracterizada falta grave apta para exclusão na forma deste Código.
Ajustar redação em razão do comentário anterior (referente ao <i>caput</i>).	

k) Artigo 229

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
<p>Art. 229. O contrato social pode prever a existência e disciplinar o funcionamento do conselho fiscal, como órgão de auxílio dos sócios no exercício do direito de fiscalização da administração.</p> <p>§ 1º. O conselho fiscal será composto de três ou mais membros, sócios ou não, pessoas naturais residentes no País, com ou sem suplentes.</p> <p>§ 2º. Não podem fazer parte do conselho fiscal:</p> <p>I – os impedidos de serem designados administrador de sociedade por quotas;</p> <p>II – o administrador ou empregado da sociedade, de sua controlada ou controladora, ou de outra sociedade controlada por esta, bem como seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau.</p>	N/A

<p>§ 3º. É assegurado aos sócios que representem pelo menos um quinto do capital social o direito de eleger, em separado, um dos membros do conselho fiscal e, se houver, o respectivo suplente.</p> <p>§ 4º. O conselho fiscal pode ser assistido, no exame dos documentos de escrituração, por profissional contábil habilitado, mediante remuneração aprovada pelos sócios.</p>	
<p>Sugerimos a supressão integral dos dispositivos referentes ao Conselho Fiscal. Além de ser de pouca utilização (e benefício) pelos sócios das sociedades contratuais, a sociedade limitada pode instituir o Conselho Fiscal ao adotar as regras supletivas das companhias fechadas.</p>	

l) Artigo 230

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
<p>Art. 230 . O aumento de capital social destinado a prover novos recursos à sociedade pode ser feito por:</p> <p>I – alteração contratual assinada pela unanimidade dos sócios; ou</p> <p>II – por deliberação da maioria absoluta dos sócios em assembleia ou reunião.</p> <p>Parágrafo único. Na hipótese do inciso II, sob pena de decadência, o direito de preferência na subscrição das novas quotas deve ser exercido na mesma assembleia ou reunião em que for deliberado o aumento do capital social ou nos dez dias seguintes ao seu encerramento, salvo se previsto de</p>	N/A

modo diverso no contrato social.	
Sugerimos a supressão, pois não há necessidade de texto próprio para tratar do aumento de capital social, valendo a regra geral de deliberação dos sócios.	

m) Artigo 242

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
<p>Art. 242 . O sócio pode ser excluído por deliberação social:</p> <p>I – na forma do artigo 225, § 5º, fundada no inadimplemento da obrigação de contribuir para a formação do capital social;</p> <p>II – em decorrência de sua incapacidade superveniente, insolvência ou falência, pessoal ou de sociedade sob seu controle; ou</p> <p>III – à vista de falta grave no cumprimento de suas obrigações.</p>	<p>Art. 242 . O sócio pode ser excluído por deliberação social:</p> <p>I – na forma do artigo 225, § 5º, fundada no inadimplemento da obrigação de contribuir para a formação do capital social;</p> <p>II – em decorrência de sua insolvência ou falência, pessoal ou de sociedade sob seu controle; ou</p> <p>III – à vista de falta grave no cumprimento de suas obrigações.</p>
Sugerimos a eliminação da incapacidade superveniente como hipótese de exclusão do quadro social, pois o sócio poderá manter a sua posição patrimonial independentemente de sua situação superveniente.	

n) Artigo 259

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
<p>Art. 259 . São causas de dissolução da sociedade:</p> <p>I – o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que é prorrogada por prazo indeterminado;</p> <p>II – a vontade de todos os sócios, na sociedade por prazo determinado;</p>	<p>Art. 259 . São causas de dissolução da sociedade:</p> <p>I – o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que é prorrogada por prazo indeterminado;</p> <p>II – a vontade de todos os sócios, na sociedade por prazo determinado;</p>

<p>III – a vontade de sócios titulares de quotas representativas de metade, ao menos, do capital social, na sociedade por prazo indeterminado;</p> <p>IV – a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias, salvo quando a norma aplicável ao tipo societário permitir a unipessoalidade;</p> <p>V – o exaurimento ou inexecutabilidade do objeto social;</p> <p>VI – a insolvência ou a falência, na forma prevista em lei;</p> <p>VII – a cassação da autorização para funcionar; e</p> <p>VIII – a incompatibilidade entre os sócios, quando dela puder resultar obstrução ao andamento normal das atividades sociais.</p>	<p>III – a vontade de sócios titulares de quotas representativas de metade, ao menos, do capital social, na sociedade por prazo indeterminado;</p> <p>IV – a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias, quando a norma aplicável ao tipo societário não permitir a unipessoalidade;</p> <p>V – o exaurimento ou inexecutabilidade do objeto social;</p> <p>VI – a insolvência ou a falência, na forma prevista em lei; e</p> <p>VII – a cassação da autorização para funcionar.</p>
<p>Sugerimos o ajuste na redação do inciso IV para torná-lo compatível com a nossa proposição de que a unipessoalidade seja admitida como regra para as sociedades regidas pelo Projeto CCom, salvo quando houver disposição expressa em sentido diverso. Além disso, o inciso VIII deve ser suprimido, pois confere insegurança jurídica e permite a dissolução da sociedade por motivo de grande imprecisão conceitual. A situação de impasse pode ser resolvida por diversas formas, sem necessariamente justificar a dissolução total da sociedade.</p>	

o) Artigo 278, § 4º

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
<p>§ 4º. Os impedimentos e limitações para o exercício de atividade econômica que o único sócio possa ter estendem-se à sociedade.</p>	<p>N/A.</p>



Na sociedade limitada unipessoal, é fundamental que a autonomia do sócio único e da sociedade limitada seja reforçada e não reduzida pela lei. Por isso, o referido parágrafo deve ser suprimido integralmente.

p) Artigo 280, § 1º

Texto do artigo no PLS 487/13	Proposta de texto revisado
§ 1º. Independentemente da responsabilidade perante terceiros, podem os sócios, no contrato social, ou por unânime convenção posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um, para valer nas suas relações pessoais.	§ 1º. Independentemente da responsabilidade perante terceiros, podem os sócios <u>pessoas naturais</u> , no contrato social, ou por unânime <u>alteração</u> posterior, limitar entre si a responsabilidade de cada um, para valer nas suas relações pessoais.
Sugerimos pequeno incremento redacional para aumentar a clareza do texto referente à administração da sociedade em nome coletivo. A sugestão é feita em caráter subsidiário, já que se propõe, primordialmente, a exclusão do tipo societário.	

10. Conforme já citado, o livro analisado busca reorganizar os dispositivos a respeito das sociedades como também alterar alguns deles.

11. Encaminhamos as presentes contribuições ao Projeto CCom para aprovação desta Comissão e do Plenário do IAB. Recomendamos o envio do referido parecer à Presidência do Senado Federal e ao relator do Projeto de Lei.



Com respeito, s.m.j, é o nosso parecer.

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2019.

GUSTAVO FLAUSINO COELHO

Vice-Presidente da Comissão Permanente de Direito Empresarial

RENATO FERREIRA DOS SANTOS

Membro da Comissão Permanente de Direito Empresarial